

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FÁBIO DOS SANTOS REIS

CAIO MÁRIO, UM REVOLUCIONÁRIO POPULAR? O PROBLEMA DO
RECRUTAMENTO DOS *CAPITE CENSI* NA REPÚBLICA ROMANA NOS FINAIS
DO SÉC. II A.C.

BRASÍLIA
2016

FÁBIO DOS SANTOS REIS

CAIO MÁRIO, UM REVOLUCIONARIO POPULAR? O PROBLEMA DO
RECRUTAMENTO DOS *CAPITE CENSI* NA REPÚBLICA ROMANA NOS FINAIS
DO SÉC. II A.C.

Monografia apresentada ao Departamento
de Historia do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília para
a obtenção do grau de Licenciado em
História sob orientação do Prof. Dr.
Henrique Modanez de Sant'Anna

BRASÍLIA

2016

“Por que Dele, por meio dele e para ele, são todas as coisas. Glória, pois a ele, pelos Séculos dos Séculos, Amém!”

Paulo de Tarso à igreja em Roma

“De todos os outros exercícios de espírito, o mais útil é o de transmitir à posteridade, os feitos dignos de memória”.

Caio Salústio Crispo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, por me ajudar e me orientar em espírito a realizar o meu sonho de ser professor de História. Ele sempre esteve presente comigo em minhas batalhas e me confortou nos momentos de dificuldade. Glória, Majestade, Força, Honra e Poder sejam dados ao soberano Rei dos Reis.

Agradeço à minha mãe, dona Sonia Maria dos Santos; mulher corajosa e de pulso firme, que criou seus três filhos com excelência, dignidade e coragem. Seus valores estão presentes neste trabalho, bem como suas orações e sua fé de que tudo em minha graduação seria bem sucedido.

Ao Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna, professor e amigo. Pela paciência para com minhas dificuldades e meus afazeres fora da Universidade. Por sempre ser atencioso e gentil com sua orientação e conselhos que fizeram a diferença ao longo deste trabalho e ao longo de minha graduação.

Agradeço imensamente aos ex-colegas de trabalho da Clínica Pronto Neuro, em especial a Mônica Dourado, Melícia Silva, Miriam Fagundes, Aurélio Cavalcante, ao Prof. Ms. Carlos Bernardo Tauil e ao Prof. Dr. Paulo Sergio Azeredo Henriques Filho. Sem o apoio e contribuição desses colegas e chefes, talvez minha graduação jamais tivesse se iniciado.

Aos meus amigos de infância e que também são meus colegas no meio acadêmico: Leonardo Sarcinelli, Lucas Carvalho, Túlio Panerai, Frederico Sarcinelli, Carlos Henrique Pontes, Pedro Vinícius, Lucas Danziger e Gustavo Nunes, pelas inúmeras trocas de conhecimento, pelos debates enriquecedores e por todo o companheirismo desenvolvido ao longo de toda uma vida e que foi reforçada durante a graduação.

Por fim agradeço a todos os meus colegas de curso, amigos pessoais (em especial ao grupo S4 e aos jovens da Juventude Dinamus da PIBCN) e aos meus alunos e ex – alunos, que hoje são universitários, pelo apoio, confiança e elogios dispensados. Pela confiança em meu potencial, tanto como estudante quanto como professor de História. As palavras de apoio e de conforto em horas difíceis foram o combustível necessário para que essa graduação fosse concluída com excelência. Deus seja convosco!

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar se Caio Mário agiu como um revolucionário popular ao introduzir mudanças significativas no recrutamento do exército romano, ou se apenas institucionalizou uma prática já conhecida na segunda metade da república, abalada por crises sem precedentes. Com efeito, nas últimas duas décadas do séc. II a.C. a república romana enfrentava diversos problemas internos gerados por uma série de crises políticas, em especial com os irmãos Tibério e Caio Graco, que lideravam conflitos entre as duas facções existentes no cenário político romano: os *Populares* vindos da Ordem Equestre, e os *Optimates*, oriundos da elite senatorial. Outros problemas que atingiram Roma nesse período foram os conflitos no outrora reino aliado no Norte da África (Guerra Jugurtina na Numídia) e na Gália Cisalpina (invasão de cimbro e teutões). Antes mesmo de esses dois conflitos surgirem, Roma já enfrentava problemas para o recrutamento nas fileiras da milícia de proprietários, como era o exército romano à época. Tendo como objetivo aumentar o número de legionários a serviço da república, a partir de 107 a.C. o cônsul Caio Mário instituiu o recrutamento de voluntários dentro da classe dos *proletarii*, que pelas regras vigentes em Roma estariam dispensados do serviço militar. Contudo, essa ação de Mário já havia sido utilizada em outras situações de crise.

Palavras-Chave: Caio Mário, Roma, República Romana, Legiões Romanas, Reforma Mariana.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1- Os inimigos batem à porta: problemas na Numídia e os germanos no norte da Península Itálica.....	9
1.1 Os problemas na Numídia: Roma e Jugurta, o “Leão do Deserto”.....	9
1.2 O recrutamento dos <i>capite censi</i> e a vitória sobre Jugurta.....	13
1.3 A batalha contra cimbro e teutões no Norte da Itália.....	15
Capítulo 2- Os impactos das vitórias de Caio Mário nas legiões romanas e na política em Roma.....	19
2.1 As transformações nas fileiras do exército romano.....	19
2.2 As mudanças na política em Roma.....	24
Capítulo 3- Mário: Conservador ou Reformista?.....	29
3.1 Continuidades após as reformas de Mário.....	29
3.2 Inovações após as reformas de Mário.....	34
Considerações finais.....	39
Fontes e Referências Bibliográficas.....	40

INTRODUÇÃO

A república romana nos fins do séc. II a.C. passava por vários problemas de cunho político e militar, trazendo insegurança e inquietude para urbe, o que futuramente também resultaria em uma séria crise política que levaria ao fim da república. A elite senatorial, praticamente uma classe única no poder dentro do Senado, se utilizava de sua posição honorária para poder fazer valer seus interesses. Justamente com tanto poder concentrado em suas mãos, suas atitudes eram tendenciosas e quase sempre resultavam em conflitos com outros grupos sociais.

O início dos conflitos políticos entre essa ordem senatorial e os “homens novos” da ordem eqüestre deu-se com o tribuno da plebe eleito em 133 a.C. Tibério Graco. Com o intuito de limitar as possessões de terras e distribuí-las para os não proprietários através de leis no Senado, começou uma série de perturbações com a elite senatorial romana. De maneira trágica, acabou sendo assassinado por seus adversários políticos em 132 a.C. Seu irmão, Caio Graco, ao assumir o posto de tribuno dez anos após a sua morte, também promoveu a elaboração de leis que se chocam com os interesses dos Senadores. Após o suicídio de Caio quando fugia de seus adversários, temos as facções políticas que tentam tomar a direção da república: de um lado os *Populares*, que defendiam uma política semelhante à dos Graco. Do outro os *Optimates*, grupo do qual faziam parte os senadores.

Aliado a isso não podemos deixar de falar na série de problemas militares com os quais Roma tinha que lidar nessa época. Os problemas com o recrutamento para compor as Legiões eram cada vez mais freqüentes, tanto pelo grande morticínio dos soldados romanos nos campos de batalha – seja pelas peculiaridades das guerras ou por incompetência de seus comandantes – como também pelas próprias aspirações imperialistas de Roma, que ao expandir suas conquistas e pela necessidade de resguardá-las, levava os legionários a lutar por mais tempo e cada vez mais longe de casa.

Completando essa cena de dificuldades, a partir de 115 a.C. Roma se deparou com duas novas guerras para enfrentar. Uma ao norte da África, na Numídia, contra Jugurta, um dos herdeiros de Micipsa, que morrera em 118; outra no Norte da Península Itálica, contra duas tribos de origem germânica, os cimbrós e os teutões, que, coligados com outras tribos menores de origem helvética (os tigúrios, em especial) causavam temor e receio em Roma após sucessos contra unidades de combate romanas.

Nesse contexto, apresentamos a vida do general e cônsul Caio Mário, nascido em 156 a.C. natural da região do Arpínio, de família da ordem equestre e que, após servir em algumas magistraturas e também nos campos de batalha em Numância na Hispania junto de Cipião Emiliano, conseguiu em 107 a.C. o consulado e o comando das tropas romanas. Mário combateu Jugurta em seu território e posteriormente partiu em direção ao Norte da Itália para combater os germanos.

Neste trabalho também pretendo apresentar significativas modificações elaboradas por Caio Mário ao longo de sua chefia nas tropas da república, tais como as mudanças nos armamentos de guerra (como o *pilum*) no recrutamento feito para as guerras na última década do séc II a.C. (os *proletarii* ou *capite censi*) e também na organização e métodos de guerra para as tropas em combate (como a introdução das coortes e as chamadas “Mulas de Mário”).

Além desses aspectos levantados, pretende-se também trabalhar pontos com relação aos créditos, segundo a historiografia estudada, para as reformas instituídas por Mário, principalmente no que diz respeito ao recrutamento e seus instrumentos para fazê-lo. Em outras palavras, as reformas seriam meramente militares ou estariam presentes também em um contexto de melhorias sociais? Mário, além de um reformador estratégico e militar, seria também um reformador social?

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma breve análise da situação política de Roma, juntamente com um perfil dos inimigos de Roma (Jugurta e os Germanos) e de Caio Mário, bem como as ações de Mário para solucionar esses problemas. No segundo capítulo apresentaremos as reformas de Mário que transformaram a antiga milícia de proprietários em um exército profissional, além de analisar as suas vitórias contra os inimigos de Roma e os impactos delas em sua carreira política. No Terceiro e último capítulo, pretendo mostrar as razões pelas quais Mário e suas realizações foram consideradas inovadoras ou representaram apenas a institucionalização de práticas já conhecidas em outras oportunidades (como o recrutamento dos *proletarii* introduzido na Segunda Guerra Púnica).

Para a realização deste trabalho, dispomos de duas fontes: Para a guerra jugurtina contamos com Salústio e sua narrativa sobre inúmeros aspectos da situação de Roma e da guerra em si. Para o conflito contra os germanos, Plutarco nos relata as peculiaridades dos confrontos no Norte da Península Itálica contra os germanos.

CAPÍTULO 1:
OS INIMIGOS BATEM À PORTA: PROBLEMAS NA NUMÍDIA E AS TRIBOS
GERMÂNICAS AO NORTE DA PENÍNSULA ITÁLICA

Roma desde os meados do séc. II¹ enfrentava uma série de problemas militares, em especial na região da Numância, na Hispania (guerra numantina, vencida por Cipião Emiliano) e problemas políticos causados a partir de 133 com chegada de dois irmãos – Tibério e Caio Graco – eleitos para o cargo de tribuno da plebe, sendo eleito Tibério para este cargo na data supracitada.

As intenções de Tibério (e posteriormente de Caio) tinham por objetivo melhorar a distribuição de terras em Roma, confiscando de grandes proprietários, propriedades que superassem 500 *iugeras*² e distribuir esse excedente entre os cidadãos que não detinham terras. Apesar de todos os esforços do Tribuno para poder aprovar essa lei, ele acabou por ser assassinado em 132.

Passaram dez anos e Caio Graco se elegeu para o mesmo cargo com o objetivo de retomar as práticas e as ideias de seu irmão. Contudo, assim como ele, enfrentou as mais variadas e pesadas formas de represálias e conseqüentemente também fora morto por seus adversários. Após sua morte, as facções políticas em Roma se apresentam de maneira mais definida: os *populares*, que defendiam a política dos Graco, e os *optimates* que pertenciam à ordem mais nobre e, conseqüentemente, à ordem senatorial.

Não obstante essas divisões políticas, Roma passaria a partir de 118 a lidar com mais problemas políticos e militares. Primeiramente ao Norte da África, no reino cliente da Numídia e mais tarde, durante a última década do século II contra tribos germânicas que migraram para o Norte da Península Itálica. As dificuldades de Roma aumentaram consideravelmente e não havia conciliação política para poder resolvê-los.

1.1 Os problemas na Numídia: Roma e Jugurta, o “Leão do Deserto”

O reino da Numídia se localizava próximo a Cartago, no norte da África, onde hoje se localiza a Tunísia e a Argélia. Os númidas, governados até então por Masinissa eram considerados pelos romanos como reino cliente, uma vez que colaboraram com Roma durante a Segunda Guerra Púnica (218 – 201), ajudando as tropas de Cipião

¹ As datas citadas no decorrer do texto, excetuando-se as referências bibliográficas, pertencem todas ao período antes de Cristo (a.C.).

² Aproximadamente 120 a 130 hectares

Africano no conflito contra os cartagineses, com a execução, segundo Salústio, de grandes feitos nas armas, o que rendeu ao númerida a posse de cidades que conquistou ao longo do continente africano (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 4).

No entanto, após esse momento de amizade e glória merecidamente recebida pelos serviços prestados aos romanos, a Numídia passaria por problemas, na linha sucessória. Durante a Guerra Numantina, travada pelos romanos em Numância, Micipsa, então rei da Numídia, que tinha dois filhos – Hiempsal e Aderbal – adotou o sobrinho, chamado Jugurta após o pai deste, Manastábal, falecer.

Por sua intrepidez, foi enviado para ajudar Cipião Emiliano na Hispania, contra os Numantinos. Na verdade, o rei númerida não queria que ele voltasse vivo, o que acabou não acontecendo. Seus serviços foram muito elogiados e louvados por Cipião, que enviou uma carta para Micipsa, onde afirmava que:

O teu Jugurta na guerra Numantina fez prodígios de valor; o que de certo sei te dará prazer. Pelos seus merecimentos me é caro; que o seja também ao senado e ao povo romano, será maior o meu empenho. Congratulo-me contigo pela nossa amizade: Aí tens um homem digno de ti e do teu avô, Masinissa (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 9).

Passada essa glória de Jugurta junto aos romanos, seu tio veio a adoecer e, junto ao leito de morte, admoestou Jugurta para que fosse prudente e benevolente para com os familiares, em especial para com os primos, e acrescentou conselhos para que governasse conservando as amizades e não o poder, pois “não são os exércitos, nem os tesouros os esteios do trono, mas sim os amigos, que não se obrigam com armas, nem com ouro se compram, mas com obséquio e boa fé se conseguem” (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 10).

Mesmo com todos os conselhos do tio à beira da morte, bastou que Micipsa morresse para que Jugurta, valendo-se de sua posição de prestígio no reino, tramasse a morte de seus primos, matando primeiramente Hiempsal em uma armadilha em Sirmida, algo que assombra a África e posteriormente perseguiu Aderbal, que se retirou para Roma, tendo como objetivo buscar apoio dos romanos contra o crime cometido pelo primo e para também não ter o mesmo destino.

Após longo discurso de Aderbal no Senado, em 116 este então decidiu pela diplomacia para com seus clientes. Uma comitiva de senadores liderada por Lúcio Opímio – que outrora já havia sido cônsul em 121 – foi enviada para a Numídia com o objetivo de dividir o reino entre os primos; colocando Jugurta no oeste, junto ao reino

da Mauritânia e Aderbal ao leste, que era uma área mais desenvolvida e de melhor aparência (BOATWRIGHT, 2006: 99).

Apesar de ter parecido aparentemente sem influências, devemos lembrar a natureza dos componentes do Senado, sendo sua maioria composta pelos *Optimates*. Salústio nos mostra que Jugurta, por mais de uma vez, sempre procurou corromper os senadores sem fazer medidas de recursos para conseguir colocar a opinião dos magistrados em consonância com a sua, e em várias oportunidades conseguiu colocar sua imagem em boa situação, posto que “foi tal a mudança que da maior aversão passou Jugurta à graça e favor dos nobres” (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 13).

Passado pouco tempo após a divisão, Jugurta – desobedecendo a determinação do Senado – invade a parte que cabia ao primo, porém agora com um exercito bem organizado. Aderbal, acuado em Cirta, capital de sua parte no reino, chega a pedir ajuda do Senado, que tenta intervir diplomaticamente. Contudo Jugurta de maneira implacável ocupa a cidade e mata seu primo juntamente com vários comerciantes italianos aliados dele, o que causa protestos por parte do Senado (SANT’ANNA, 2015: 98). Devemos ter em conta que a indignação também havia tomado conta da ordem eqüestre que tinha interesses em estabelecer negocios com os comerciantes númidas aliados de Aderbal (GOLDSWORTHY, 2003: 131).

As autoridades romanas deveriam tomar providências com rapidez, mas Jugurta sempre tentava subornar seus adversários quando enviavam tropas para a Numídia, como no caso relatado por Salústio, onde Calpúrnio, enviado pelos romanos para começar um combate na África, fora facilmente convencido a depor as armas e “pela força do ouro voltou costas à honra e ao seu dever” (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 29).

Assim que as práticas de Jugurta junto a autoridades romanas foram descobertas, uma série de perturbações no Senado começou. Essas más atitudes dos *Optimates*, que guiavam o leme da república expuseram a incompetência da diplomacia feita por esse grupo a frente de Roma. Além disso tais acontecimentos foram o Combustível necessário para que os *Populares* denunciassem a incapacidade de seus adversários em comandar o Senado (LINTOTT, 2008: 88).

Mesmo após Jugurta ter sido conduzido a Roma para depor no Senado, a situação na Numídia continuava sem nenhuma resolução palpável, uma vez que o usurpador Númida sempre conseguia, por meios corruptos, atrasar uma iminente guerra com Roma. Tais atitudes apenas inflamavam os discursos dos *Populares* contra os

Optimates e a falta de cuidado para com *urbe*. Apesar dessa situação desfavorável foram enviados a Numídia, a partir de 110, dois personagens centrais para tentar resolver o conflito: Quinto Metelo, cônsul romano, e Caio Mário, seu legado.

O primeiro era tido, segundo Salústio³, como homem correto e de índole decente para com o Senado. Além disso também pertencia a uma família da *nobilitas* de Roma, extremamente bem posicionada na sociedade romana (KEEPIE, 2005: 40). Metelo ao chegar à Numídia foi recebido pelo pró-consul Albino e encontra um exército bastante preguiçoso:

Inerte, imbele, esquivo ao trabalho e ao perigo, mais pronto de língua que de braço, roubador dos aliados e das presas dos inimigos, acostumado à insubordinação e incontinência. [...] enfim, quanto dizer e imaginar se pode de moleza, luxo e infâmia, tudo, e muito mais ainda, se via naquele exercito (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 44).

Nessas condições, Metelo procurou atacar as deficiências de seu exército deixando de fora quaisquer coisas que pudessem tirar o foco de atacar e destruir o inimigo melhorando assim o ânimo dos seus comandados. As práticas do cônsul para reanimar e disciplinar as tropas romanas na África eram bastante semelhantes aos métodos utilizados pelos Cipiões para colocar os soldados em forma e prontos para a batalha durante o século II (KEEPIE, 2005: 40).

Seu braço direito nessa campanha era Caio Mário, um homem extremamente hábil no campo militar. Natural da região do Arpínio, era um “homem novo” membro da ordem eqüestre e que havia sido bem sucedido como cavaleiro o que lhe deu um apoio político bastante confortável (GRANT, 1987: 164). Faz-se necessário dizer que Mário já era, antes da campanha na Numídia, um homem com alguns sucessos militares significativos, junto a Cipião Emiliano contra os celtíberos em Numância, uma vez que Mário, segundo Plutarco, “não se escondeu a este general que em valor se avantajava aos demais jovens e que se prestava sem dificuldades a mudança que foi introduzida na disciplina do exército, por tê-lo encontrado estragado e perdido pelo luxo e pelos prazeres” (PLUTARCO, *Vida de Mário*: 3).

Metelo conseguiu fazer grandes avanços contra Jugurta em várias incursões dentro do território nômida. Seus feitos entre os anos de 110 e 108, mesmo tendo sido bastante significativos, não eram o bastante para Roma. A demora para acabar com o

³ [...] “saiu a Numídia a Metelo, homem ativo, e, bem que oposto ao partido popular, de constante e ilibada fama” (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 43).

adversário inflamava cada vez mais a opinião pública contra suas realizações, pois elas eram lentas e Roma precisava de resultados rápidos (KEEPIE, 2005: 40).

Mário então, nessa situação – paradoxalmente positiva e negativa para Metelo – pediu permissão para seu superior para voltar a Roma e poder concorrer ao consulado, o que foi reprovado por Metelo. Mário então tentou dispor de meios para poder se fazer eleger Cônsul, como manipular um descendente de Micipsa para que, juntamente com mercadores e soldados, enviasse cartas para Roma solicitando que o comando fosse entregue a Mário (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 65). Além disso, também se valeu da demora na guerra para acusar Metelo de fazer uma guerra longa para exacerbar os seus feitos e trazer para si uma glória maior (GOLDSWORTHY, 2003: 133).

Mário conseguiu retornar para Roma, mesmo a contra gosto de seu comandante, e empreendeu sua campanha para o Consulado, tendo alcançado a vitória desejada, não somente por ele, mas pelos *Populares*. A eleição de Mário para o cargo de Cônsul era “a primeira demonstração clara da hostilidade que a ordem eqüestre tinha pela administração senatorial nesse período. Mário não era apenas um valioso instrumento dessa reação, mas o símbolo dela” (LINTOTT, 2008: 90).

1.2 O Recrutamento dos *Capite Censi* e a vitória sobre Jugurta

Mário foi eleito prometendo que, ao contrário de Metelo, iria dar uma solução rápida para o conflito que já durava quatro anos sem uma definição. Além disso, fora eleito Cônsul em meio a uma série de duras críticas feitas pelos *Optimates* com relação à sua origem obscura, sua falta de erudição e a ausência de um nome de origem nobre. Para essas queixas, o novo Cônsul se dirige aos da Assembleia do povo nos seguintes termos:

Desprezam meu nascimento? Eu a sua nulidade. Lançam-me em rosto a fortuna? Eu a eles a desonra. [...] Invejam-me o consulado? Pois invejem-me os trabalhos e a inteireza e também os meus perigos, porque por estes eu obtive aquele. [...] Eu não posso em meu abono ostentar estátuas, nem triunfos, nem consulados de meus avós; mas sim, quando seja preciso, lanças, um estandarte, colares e outras recompensas militares, e, além disto, cicatrizes no peito. Estas são minhas estátuas, esta é a minha nobreza, não herdada com a deles, mas que eu mesmo alcancei com os meus grandes trabalhos e perigos. [...] Com estes exemplos exortarei os soldados, não serei avaro com eles, pródigo comigo; nem do seu trabalho farei minha a glória. Este é o útil, o verdadeiro modo de comandar cidadãos (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 85).

Após esse inflamado discurso, Mário então toma uma atitude já utilizada em outras ocasiões, contudo apenas em situações de real necessidade. O recrutamento de voluntários, dentro dos *Capite Censi* ou também chamados de *Proletarii*⁴. Estes não podiam, segundo as regras vigentes em Roma, se alistar nas fileiras do exército. Não se pode precisar a quantidade deles, mas podemos afirmar confortavelmente que se tratava de uma força respeitável (KEEPIE, 2005: 40).

Devidamente abastecido e com tropas sendo disciplinadas e treinadas sob seus auspícios, Mário se dirige à Numídia e começa em 107 uma série de batalhas para cumprir com sua promessa de uma campanha rápida contra Jugurta, que já sofrera derrotas contra Metelo, apesar de sempre conseguir empreender fugas e conseguir manter o combate a duras penas. Em algumas dessas situações, segundo Salústio, os confrontos eram “mais um assalto de ladrões que batalha, parecia a peleja; sem bandeiras, sem forma, cavaleiros e infantes confundidos, ferem uns, matam outros, envolvem a muitos pela retaguarda enquanto valorosamente combatem os que têm na frente.” (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 99).

Contudo Jugurta só pode ser capturado graças à diplomacia e à traição. Lúcio Cornélio Sula, até então tenente de Mário, é peça chave nessa resolução. Ele conseguiu firmar um acordo com Bocco, Rei da Numídia, para trair Jugurta e entregá-lo aos romanos, o que aconteceu de fato em 105 com a captura de Jugurta e a vitória definitiva de Roma na Numídia (GOLDSWORTHY, 2003: 135).

Devemos aqui listar dois eventos que se seguem à captura do “Leão do Deserto”: o primeiro deles é que Boccho, após Mário retornar para Roma, tomou a parte do reino da Numídia que lhe fazia fronteira, e que era a que pertencia a Jugurta quando o reino fora dividido entre ele e Aderbal em 116 (BOATWRIGHT, 2006: 102) deixando a outra parte para o herdeiro de fato ao trono. O segundo fato é que Mário conduz Jugurta para Roma por ocasião de sua reeleição ao consulado logo no início do ano de 104. Plutarco nos conta como foi a estadia ingrata de Jugurta junto aos romanos:

[...] mas levado na parada perdeu, segundo dizem o sentido e posto no cárcere depois do triunfo, enquanto uns despojavam à força a sua túnica outros procuravam tirar-lhe os pingentes de ouro das orelhas e juntamente com elas lhe arrancaram o lóbulo. Logo que lhe deixaram sem roupa o atiraram em um calabouço onde esperneava desesperado e inquieto: “Por Júpiter – exclamou – está muito frio o vosso banho!” Ali, mesmo lutando em

⁴ Uma discussão mais profunda sobre a origem, recrutamento e comportamento dos recrutados dentre essas classes nas fileiras do exército romano, será objetivo do capítulo 2 e 3. Faz-se necessário, portanto, apenas uma breve introdução sobre a sua significativa participação junto ao cônsul Caio Mário contra Jugurta na Numídia.

seis dias com fome e suspirando até sua última hora por prolongar a vida, pagou a pena que merecia por suas impiedades (PLUTARCO, *Vida de Mário*: 12).

1.3 A Batalha contra Cimbros e Teutões no Norte da Itália

A segunda ameaça que se aproximava de Roma eram as tribos germânicas – cimbros e teutões – que juntamente com outras tribos menores, como os tigúrios e ambrões, iniciaram uma rota migratória passando pela nova província romana, Gália Narbonense, seguindo pelos rios Ródano e Elba, e pretendia cruzar o que hoje são os Alpes Italianos. Não se sabe bem a razão que levou essas tribos a se deslocarem de seu local de origem, sendo a mais aceita, a sua retirada da Jutlandia por excedente populacional (GRANT, 1987: 165).

Podemos datar o início de suas movimentações a partir de 113 quando começaram a realmente pegar em armas contra os romanos, derrotando-os no leste dos Alpes Italianos (BOATWRIGHT, 2006: 102-103) e a partir de então a realmente assustar os líderes romanos, uma vez que as forças de Roma nessa região estavam sendo derrotadas com certa facilidade pelos adversários germânicos.

Aqui destacamos duas derrotas bastante significativas dos romanos frente aos germanos. Em 107, as tropas romanas foram derrotadas na região da Aquitânia pelos tigúrios, que eram coligados aos cimbros. Nessa derrota, Lúcio Cássio, que era cônsul junto com Mário, teve suas tropas duramente humilhadas por essas tribos e Pompílio, provavelmente um dos líderes do exército romano, assinou um tratado bastante humilhante para salvar alguns soldados que haviam permanecido vivos após o confronto (LINTOTT, 2008: 93).

A outra derrota e, provavelmente a mais dolorida para os romanos, foi a sofrida em 105 na região do Aráusio. Os líderes romanos dessa vez eram Cneu Málio e Quinto Cipião e suas tropas foram arrasadas de maneira vexatória pelos Cimbros em outubro do mesmo ano. O impacto da derrota frente a essa tribo causou enorme susto e temor para os romanos, uma vez que, com sucessivas derrotas e o perigo dessas tribos estarem não muito distantes de Roma, trouxeram à memória a invasão gaulesa de 390 que quase derrubou a república (ROSTOVTZEFF, 1983: 109).

Diante desse quadro tão difícil, Caio Mário, que acabara de retornar da Numídia com Jugurta, assume a tarefa de livrar os romanos dessa nova ameaça, agora no Norte

da Itália. No ano da derrota no Aráusio, o cônsul Rútílio Rufo precisava de um exército realmente bem preparado para um contra ataque forte e decisivo contra essa tribo, o que aconteceu quando Mário assumiu suas tropas.

Entretanto, para que Mário pudesse assumir as tropas, se fazia necessário que ele fosse reconduzido mais uma vez ao posto de Cônsul, o que aconteceu seguidas vezes pelos anos de 104-100. Não era regra que um cônsul ficasse no posto por mandatos consecutivos. Entretanto, devido às condições da guerra, Mário conseguiu essa façanha, o que contribuiu consideravelmente para que seu poder político fosse ampliado a um nível sem medidas ou paralelos ao momento (GRANT, 1987: 165-166).

É justamente com esse poder considerável em suas mãos que Mário consegue empreender suas reformas de maneira mais profunda no exército romano. Já comentamos, ainda que rapidamente sobre o recrutamento dentro dos *proletarii* ou *capite censi* que introduziu de maneira sistemática pessoas sem posse de terras nas fileiras do exército e, conseqüentemente, “consagrou a lenta proletarização do exército romano”⁵ (MENDES, 1988: 65).

Além desse recrutamento, devemos lembrar uma série de realizações feitas por Mário dentro das legiões romanas; mudanças essas que vão desde o campo estético do exército (utilização da Águia com Estandarte), passando por mudanças estruturais das fileiras (Utilização das coortes), chegando também em mudanças comportamentais das tropas ao se deslocarem para as áreas de conflito (*muli marianii* ou “as mulas de Mário”) e tocando em mudanças no equipamento dos legionários, tornando-os mais eficientes e atrapalhando os adversários (como a importante mudança no *pilum*)⁶.

Dessa maneira, com mudanças impactantes na estrutura, no comportamento e no ânimo dos soldados herdados de Rufo, Mário parte para o Norte da Itália com a missão de deter os germanos. O principal confronto acontece contra os teutões, em 102 na batalha de *Aquae Sextiae*⁷ onde romanos, teutões e ambrões se enfrentariam, inicialmente, segundo Plutarco, após problemas devido ao acesso as águas do rio que passava nessa região (PLUTARCO, *Vida de Mário*: 19).

Nessa batalha, se faz necessário destacar a atitude de Mário ao se juntar às tropas na linha de frente para combater seus inimigos. Essa é sem dúvida uma das raras oportunidades na qual um líder romano de alta patente se coloca junto dos liderados em

⁵ A razão e uma discussão mais profunda sobre essa questão da proletarização do exército será assunto dos capítulos 2 e 3.

⁶ Todas essas mudanças são parte dos impactos das Vitórias de Mário, que é objeto do Capítulo 2.

⁷ Hoje Aix-en-Provence, no sul da França

uma batalha onde a vitória não era dada como certa ou a situação sendo considerada fácil, o que mostra aos seus comandados que seu comandante estava disposto a passar pelas mesmas dificuldades, e até mesmo os mesmos riscos que eles passariam (GOLDSWORTHY, 2003: 149).

Dessa maneira, a batalha de *Aquae Sextiae* acaba por ser vencida pelos romanos ocasião em que, as mudanças feitas por Mário puderam mostrar como foram eficientes e deram versatilidade para as tropas (KEEPIE, 2005: 41). Essa vitória, pela qual ansiavam tanto o Senado e o povo romano, foi o impulso de Mário para seguir no cargo de cônsul, o que alegrou o exército e o motivou a continuar a luta, agora contra os Cimbros (GOLDSWORTHY, 2003: 149-150).

Já contra essa tribo, os romanos tiveram que se deslocar para a região de *Vercellae*⁸, onde o adversário já havia causado problemas inicialmente às tropas de Catulo, que guardou posição próximo ao Delta do Pó. Mário se junta ao companheiro contra os Cimbros, que são descritos por Plutarco da seguinte forma:

A infantaria dos Cimbros marchava desde o acampamento com grande repouso, sendo sua retaguarda igual a sua frente, já cada um dos lados da batalha ocupavam trinta estádios. Os da cavalaria que eram uns quinze mil homens se apresentavam brilhantes, com casacos que representavam as bocas e os rostos das mais terríveis feras e em cima, para parecerem maiores, usavam plumas e penachos e com couraças de ferro e com escudos brancos que reluziam. Suas armas arrojadas eram dardos de duas pontas e para perto, usavam espadas enormes e pesadas (PLUTARCO, Vida de Mário: 25).

Complementando essa informação preciosa, podemos também concluir sobre o porte físico dos Cimbros, que assim como os Teutões eram homens muito altos e muito fortes fisicamente, além de ter a pele branca e os olhos azuis, eram, contudo, homens que combatiam de maneira desorganizada, sem disciplina tática e muito fracos quanto à resistência nos campos de batalha (GOLDSWORTHY, 2003: 145).

Somamos a essas desvantagens táticas dos germanos ao fato de serem de regiões bastante frias, o que fez a diferença nesse confronto. Mário e Catulo se aproveitaram dessa vantagem para, durante o verão de 101, derrotar os Cimbros em *Vercellae* com relativa facilidade, levando em conta que os inimigos eram castigados pelo clima bastante desfavorável. Plutarco nos mostra como terminou essa batalha dizendo que durante a fuga dos inimigos:

⁸ Hoje Vercelas, próximo a Milão, Norte da Itália

[...] As mulheres que eram postas nas carruagens durante a fuga matavam a todos os que fugiam. Umas aos seus maridos, outras aos irmãos, outras aos pais. E também aos filhos e as crianças pequenas, elas os afogavam com suas próprias mãos e os arremessavam debaixo das rodas e aos pés das feras e depois elas davam conta da própria vida (PLUTARCO, Vida de Mário: 27).

Dessa forma, Mário soluciona o problema das tribos germânicas e, juntamente com Catulo, retorna vitorioso do Norte da Itália, agora também como herói contra os germanos, além de já ter sido herói contra Jugurta na Numídia. Mário acaba então, como recompensa, sendo eleito para mais um consulado durante o ano de 100, o que seria seu sexto consulado. Existem algumas suspeitas de possíveis “compras de votos” feitas por Mário para poder se eleger, contudo, a própria história mostraria que o consulado durante esse ano, não seria agradável para ele.

CAPITULO II: OS IMPACTOS DAS VITÓRIAS DE CAIO MÁRIO NAS LEGIÕES ROMANAS E NA POLÍTICA DE ROMA

É necessário destacar, como pudemos observar ao longo do primeiro capítulo, que as vitórias de Mário puderam trazer para sua carreira uma série de benefícios pessoais que o ajudaram a consolidar o poder, bem como realizar uma sequência de mandatos no consulado romano, algo que nenhum outro antes dele havia conseguido. Apenas por essa realização, a figura de Mário já é de significativa relevância para a história da república romana.

Ainda assim se faz necessário elencar aqui os feitos executados por esse membro da ordem equestre, principalmente no meio militar. Sabemos como já foi citado anteriormente que as mudanças impetradas por Mário, são as peças chave que ele usa para empreender, não apenas sua carreira lhe dar projeção política, mas também mudam o comportamento das tropas romanas, bem como a sua readequação a uma nova realidade bélica.

Por essas razões, as vitórias conseguidas por Mário, tanto contra “O Leão do Deserto” na Numídia, como contra as tribos germânicas no Norte da Península Itálica, têm impactos muito fortes na capital da república. Contudo, não podemos pensar que todas as vitórias realizadas trazem apenas consequências positivas para ele ou para Roma. Algumas dessas realizações do general acabam por liberar algumas forças que serão mal utilizadas por seus sucessores o que colabora para um colapso da república, nos fins do séc. I.

2.1 As Transformações nas Fileiras do Exército Romano

Como já foi apresentado, as mudanças nas fileiras do exército eram mudanças muito necessárias, especialmente por duas razões. A primeira delas é um dilema significativo, frente às necessidades expansionistas de Roma. A milícia de proprietários de terra – como era inicialmente o exército – estava lutando cada vez mais distante de casa, e por tempo cada vez maior. Juntando isso aos perigos que os romanos tiveram na África e nos Alpes ao norte, era urgente a necessidade de mudanças no recrutamento (PARKER, 2005: 50).

A segunda razão é que durante o século II, Roma passava por vários problemas internos de cunho político e econômico, dos quais destacamos os conflitos gerados pela

ordem dominante, ou seja, a ordem senatorial; a ampla atuação da mão-de-obra escrava; o empobrecimento do campesinato seguido de êxodo rural, as longas (e cruéis) guerras travadas por Roma e o aumento do proletariado urbano em Roma (MENDES, 1988: 52).

O recrutamento de pessoas que tinham terras dentro das regras para se alistarem – dentro das cinco classes da Reforma Serviana – nessas condições cada vez mais adversas, estava se tornando um sacrifício grande para as famílias mais tradicionais, tendo em vista o fato de que os recrutados não queriam servir por um longo período de tempo devido os cuidados que sua propriedade poderia demandar (ROSTOVTZEFF, 1983: 109). Podemos também lembrar que, por vezes, os que acabavam indo para os combates não serviam de boa vontade, sempre procurando meios de serem dispensados das legiões (BRIZZI, 2002: 93).

É justamente por essas razões que Mário, ao perceber toda essa indisposição dos que poderiam ser recrutados – também chamados de *Adsidui* – resolve convocar os *Capite Censi* ou *Proletarii* para lhes ajudarem nas campanhas contra, inicialmente, Jugurta na Numídia e posteriormente contra as tribos germânicas que se deslocavam para o Norte da Itália. Mas, antes mesmo de Mário, outros generais como Cipião Africano – durante as Guerras Púnicas – e seu descendente Cipião Emiliano – em sua campanha em Numância – se utilizaram do recrutamento de soldados fora das leis servianas (ADCOCK, 1960: 19).

Para atrair esses novos recrutas era necessário que os serviços prestados fossem devidamente recompensados. Para isso, Mário prometeu para seus recrutas que, após cada vitória contra os inimigos de Roma, todos eles seriam agraciados com assentamentos e demais espólios de guerra, que agradaram consideravelmente aqueles que se alistavam para servir nas legiões:

Ele, entretanto, passa a alistar os soldados, não pelo modo antigo, nem por classes, mas segundo cada um se oferecia, e os mais deles proletários. Dizem uns que por não os achar melhores, outros que por ambição; porque a esta espécie de gente devia a sua fama e exaltação; e a quem procura poder, sempre os mais pobres são mais oportunos, por isso que nada tendo, nada receiam de perder, e por dinheiro tudo lhes parece honesto (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 86).

Apesar de essa medida ter sido tomada e levada a diante por Mário, se faz necessário lembrar que tal recrutamento foi mal visto pelos membros do Senado, que viam os novos legionários com considerável receio e desconfiança, uma vez que

poderiam ser tidos como elementos de sedição, além de dependerem unicamente de seu comandante para conseguir as recompensas que lhes eram prometidas, pois o mesmo Senado, nada daria aos que por Roma lutavam (GRANT, 1987: 165).

Havia uma grande necessidade de treinar adequadamente os soldados, e por isso, Mário fazia questão de colocar em suas tropas um sistema de treinamento e disciplina bastante constante e rigoroso, sem com isso desrespeitar seus liderados ou de alguma forma causar-lhes inconvenientes. Pelo contrário, suas atitudes, principalmente ao longo da guerra contra Jugurta sempre foram “mais por meio do pudor do que pelo castigo” (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 103).

Uma das mais importantes medidas de Mário foi o fato de que, em cada um dos longos exercícios e deslocamentos feitos para o treinamento das tropas, cada integrante das fileiras deveria carregar seus equipamentos e quaisquer outros objetos que fossem necessários com o objetivo de tornar as jornadas menos custosas e dispensando animais de carga, que poderiam atrapalhar a marcha (SANT’ANNA, 2015: 99). Essa atitude fez com que seus liderados ficassem conhecidos como “as Mulas de Mário” (*muli Mariani*). Plutarco nos fala sobre essa forma de treinamento:

A marcha era o local adequado para trabalhar a tropa, exercitando-a em toda a espécie de correrias e em grandes jornadas e todos os soldados precisavam levar e preparar por si mesmo o que diariamente haveria de lhes servir. É de onde dizem que provem o que desde então aos aficionados pelo trabalho e que com presteza executam o que lhes manda o nome de “mulas de Mário”, ainda que outros digam que esta expressão tenha uma origem diferente (PLUTARCO, *Vida de Mário*: 13).

Mais mudanças importantes foram feitas por Mário, em especial nas armas utilizadas pelos legionários. A primeira mudança foi no *Pilum* que era uma haste de madeira, que chegava a medir 180 cm com uma ponta de ferro que tinha em média 4 cm (SECUNDA, 1996: 9) que era arremessada pelo soldado contra os inimigos. Foi feito por Mário um novo projeto para essa arma, que consistia em substituir um prego que prendia a ponta da lança por uma trava de madeira. Dessa forma, a trava se quebraria com o impacto no escudo inimigo, o que, além de atrapalhar consideravelmente, tornava o material inútil para arremessá-lo de volta (BRIZZI, 2002: 91).

Uma outra mudança, de caráter mais estético, foi a adoção da águia de prata como o único estandarte romano. Antes dessa mudança, havia outros quatro estandartes (o cavalo, o minotauro, o javali e o lobo). Essa mudança para a Águia de prata

simbolizava um orgulho e uma identidade corporativa das legiões que estavam cada vez mais presentes no exército profissional de Mário (GOLDSWORTHY, 2000: 97).

O equipamento de cada um desses legionários é também bem definido. Devemos considerar que agora os legionários configuram uma infantaria pesada, e geralmente equipada com o *pilum* e o *gladium* (uma espada) vestindo também couraça de ferro juntamente de uma armadura de bronze; carregando também um escudo de formato oval (GOLDSWORTHY, 2000: 97). Alguns destes equipamentos, como o escudo, foram aprimorados durante os fins do século II, visto que escudos como os utilizados aqui por Mário junto de seus legionários são semelhantes aos de origem Samnita (SECUNDA, 1996: 4).

Devemos também citar uma das grandes mudanças realizadas por Mário que foi a introdução das coortes. Esta nova estrutura tática é fundamental para podermos entender o sucesso do exército romano, não apenas nas batalhas aqui estudadas, mas ao longo do mundo romano. A coorte era composta essencialmente por seis centúrias (algo em torno de 80 homens) divididas em três classificações: os *hastati*, *princepes* e *triarii* (BRIZZI, 2002: 87).

Os *hastati* eram também chamados de “homem hasta” devido ao seu principal equipamento. Geralmente eram recrutados de estratos sociais mais baixos do que os outros componentes da Coorte e passaram a lutar como uma infantaria regular. Já os *princepes* por sua vez eram dotados de um par de *pila* e também de uma espada. Por ultimo, os *triarii* eram compostos por homens mais experientes e suas armas geralmente eram uma “hasta” longa e também um par de *pila* (SECUNDA, 1996: 23, 33).

Como pudemos ver, a coorte era composta de um número de, em média, 480 homens e se tornou a base das legiões romanas. Cada legião era composta por 10 coortes, logo cada legião tinha 4800 homens. A divisão das coortes dentro da legião seguia uma formação de 4-3-3, ou seja, primeira fila com quatro coortes seguida de duas outras filas com 3 coortes em cada fila (KEEPIE, 2005: 44).

Sabe-se que Mário não foi o primeiro general a se utilizar das coortes no exército romano. A utilização dessa tática é creditada à dinastia dos Cipiões, em especial a Cipião Africano, que no fim do século III utilizaria a coorte durante as Guerras Púnicas. Contudo, as contribuições de Mário no armamento e o desenvolvimento feito no campo tático e bélico foi o que desenvolveu significativamente esta formação e o que possibilitou sua utilização (ADCOCK, 1960: 21).

Outro da família supracitada – Cipião Emiliano – também utilizaria uma formação de coortes em sua campanha em Numância na Hispânia. É necessário se destacar as palavras de Giovanni Brizzi que, ao se referir à utilização das coortes, as coloca como fundamentais, uma vez que a introdução delas é adotada “permanentemente no preciso momento em que os romanos se dão conta de que as guerras no futuro irão assemelhar-se bem mais com aquelas combatidas contra os Ibéricos do que àquelas contra os cartagineses e contra a Macedônia” (BRIZZI, 2002: 90)

Devemos lembrar que Mário chamou os proletários às armas, o que aumentou sensivelmente o número de legionários nas fileiras das legiões. Sabendo que estes que foram chamados não poderiam custear suas armas de combate, Mário então se vale desse argumento para passar a equipar as tropas com fundos do próprio estado romano (KEEPIE, 2005: 44).

Mudanças feitas pelo Cônsul no plano estratégico, no recrutamento, no armamento dos legionários e também no treinamento das fileiras, inclusive durante a guerra contra os germanos, foram decisivas para o sucesso dos romanos nessas batalhas. O exército romano com uma formação fechada por coortes continuou a ser utilizado após Mário, devido a sua forma de utilização e emprego, que tocou em várias características da forma de fazer guerra (BRIZZI, 2002: 91).

Os êxitos militares foram tão bem recebidos em Roma, que Mário, como já foi falado, se reelegeu por 6 vezes entre os anos de 107 e 100. Além disso, suas mudanças e aperfeiçoamentos – ainda que algumas mudanças importantes sejam consideradas continuidades – foram, sem dúvida alguma, decisivas para poder livrar a república de problemas na África de uma iminente invasão por parte dos cimbrós e teutões e para dar mais versatilidade e qualidade às tropas romanas nos campos de batalha. Além de mudanças militares, observaremos que outras mudanças no meio político serão bastante significativas durante os tempos seguintes a estas batalhas.

2.2 As mudanças na política em Roma

Já citamos aqui o fato de Caio Mário ter tido dificuldades para o recrutamento de homens para as legiões romanas, fato que o levou a chamar dentre os *proletarii* os combatentes necessários para iniciar sua campanha na África contra Jugurta. O mesmo

fato também foi utilizado para a campanha no Norte da Península Itálica contra os germânicos anos depois.

Faz-se necessário lembrar que esses novos soldados não eram possuidores de terras, ou tinham quaisquer ocupações que os fizessem donos de alguma riqueza ou patrimônio. Logo, serviam esperando algum tipo de recompensa, que podia ser financeira, ou em assentamentos de terra. As promessas que o Cônsul fez para atrair os proletários para o exercito, tocavam justamente nesse ponto: dar terras àqueles que se apresentaram para as guerras.

Sabendo que suas medidas de recrutamento eram questionadas pelos *Optimates*, Mário se engajou muito para que suas campanhas fossem bem executadas. A oposição aristocrática sempre foi implacável com este recrutamento e por esta razão, as vitórias nos campos de batalha eram decisivas para que o Cônsul, não apenas continuasse com muito prestígio entre os *proletarii*, mas também para que se pudessem aprovar possíveis legislações para beneficiá-los (BURNS, 2003: 76).

Pensando nisso, Mário, a partir de 103, tem plena noção de que precisará de leis e permissões dentro das regras vigentes em Roma para poder dar aos seus veteranos recompensas que eles tanto buscaram quando se alistaram como voluntários. Um magistrado que se associa a essa causa é o Tribuno da Plebe, Lúcio Saturnino, que ocupava esse cargo no ano citado.

Importante destacar que Saturnino, devido a suas intenções de dar benefícios fundiários aos veteranos da guerra jugurtina, era muito mal visto pelos *Optimates* que sempre colocavam algum tipo de empecilho às suas manobras políticas, que além de beneficiar os soldados desmobilizados, eram também ações abrigadas por Caio Mário, uma vez que era nesse momento em que as promessas dele deveriam se cumprir (LINTOTT, 2008: 96).

Precisamos destacar as ações de Saturnino, pois foram justamente elas que colocaram o prestígio do Cônsul em condições de maior apreço. Logo em 103, Saturnino, com sua habilidade política no cargo de Tribuno da Plebe, consegue grandes quantidades de terra para assentar os veteranos no Norte da África e, posteriormente, no sul da Gália (GRANT, 1987: 166).

Posteriormente, eleito novamente para o cargo de Tribuno em 100, quando Mário já ocupava o consulado pela sexta vez neste mesmo ano – reeleito após a vitória contra os Cimbrós em *Vercellae* – Saturnino também prossegue criando novas leis para ceder ainda mais terras para os veteranos, contudo agora seriam os vitoriosos nas

batalhas contra os cimbros e teutões. Seus assentamentos também seriam dados agora na Sicília e Macedônia (SANT'ANNA, 2015: 100).

Ainda com mais medidas bastante questionáveis pelos seus adversários políticos, Saturnino também incluía o retorno das medidas de distribuição mensal de trigo, algo que lembra muito a chamada “Lei Frumentária” que foi feita por Caio Graco em 122 (GRANT, 1987: 166). Toda essa política de Saturnino – apoiada por Mário – lembrava muito as medidas utilizadas pelos Graco, não apenas nas adversidades para colocá-las em prática, mas também pelas semelhanças em cada uma delas.

Observando todas essas movimentações de Mário e seu aliado Saturnino, podemos afirmar que estas atitudes foram inauguradas pelos dois. Jamais em Roma havia existido um comandante que exigisse – juntamente com aliados políticos e claro, com concessões feitas a duras penas pelo Senado – terras para seus veteranos desmobilizados (LINTOTT, 2008: 92).

Pudemos perceber que nem sempre eram caminhos fáceis para poder convencer a ordem senatorial da necessidade de se assentar os veteranos, mas, dentro do que foi possível Saturnino conseguiu feitos consideráveis, apesar de tê-los alcançado de maneira muitas vezes arbitrária, como ameaças de exílio para senadores que não aceitassem as medidas tomadas por ele (BOATWRIGHT, 2006: 106).

Contudo, a situação começa a mudar quando Saturnino busca uma nova reeleição para Tribuno no ano de 99. Saturnino enfrenta a oposição ferrenha contra sua candidatura. Para poder se livrar dos problemas com seus adversários, ele acaba por encomendar o assassinato de um de seus competidores ao cargo, além de também fazer o mesmo com um candidato ao consulado naquele ano (BOATWRIGHT, 2006: 106 – 107).

Essa atitude de Saturnino, que precisamos dizer, estava se tornando comum em Roma, desagradando profundamente Caio Mário, que não tendo outra escolha retira seu apoio ao antigo aliado, por não aceitar mais suas práticas demagógicas, mas, sobretudo tiranas. O Senado então declarou estado de emergência. Mário prontamente atende a essa declaração e, junto com uma força recrutada dentre seus antigos soldados, prendem Saturnino e outros que com ele coligavam. Após serem presos, os lincharam dentro da prisão (GOLSWORTHY, 2003: 149).

Existem aqui dois problemas que podemos observar com esse triste fato no fim do sexto consulado de Mário. O primeiro é que, mesmo durante a época dos irmãos Graco, jamais a política da república romana havia ganhado traços de tamanha violência

e arbitrariedade como nas ações acima referidas, o que se tornaria algo bastante constante em outras situações futuras (SANT'ANNA, 2015: 100). Um exemplo muito claro serão os conflitos entre Sula e Mário em 88 pelo consulado⁹.

Um segundo e talvez mais marcante desses problemas foi o legado que Mário deixou com esta ação. Ao recrutar seus antigos veteranos e ex-soldados para combater Saturnino, ele deixaria muito claro que aqueles que foram outrora recrutados para ajudá-lo na tarefa de deter Saturnino obedeciam a ele, e não à república.

Tal fato mostra para generais futuros (Sula, Pompeu e César, por exemplo) que ao invés de recrutar exércitos para Roma, poderiam fazê-lo para si mesmos, atendendo a seus interesses, uma vez que o compromisso deles era muito mais com aquele que os ajudou com benefícios após a guerra do que com o Senado. Com essa atitude, os comandantes poderiam confortavelmente ter milícias pessoais e utilizá-las da maneira que bem entendessem (GRANT, 1987: 166).

Ainda dentro das questões políticas, a expansão romana nos remete a uma outra realidade: O sistema provincial. Devemos lembrar que entre os séculos III e II a.C. a república aumentou muito seus domínios com os resultados favoráveis após as vitórias contra os cartagineses – Guerras Púnicas – e contra o mundo grego – Guerras Macedônicas. A forma utilizada por Roma para administrar esses novos territórios era o Sistema Provincial, que foi sendo constituído ao longo desse processo de conquistas territoriais e, ao mesmo tempo, se tornando cada vez mais complexo.

Devemos lembrar que em muitas dessas guerras, não apenas interesses militares ou de defesa territorial estavam em jogo. Interesses políticos e, em boa parte dos casos, pessoais também estavam inseridos nas declarações de guerra feitas pela república. Uma das razões efetivas do envolvimento pessoal se encontra no fato de que os sucessos militares acabavam por se refletir na vida política das pessoas ligadas às guerras. A glória atingida por esses líderes era louvada em Roma (GOLDSWORTHY, 2000: 81).

Dentro dessa realidade hostil e competitiva, podemos olhar para os personagens que estão dentro dos conflitos armados como pessoas que, devido à competição por glória e espaço dentro da política, tendem a ver a guerra como um esforço muitas vezes pessoal e vaidoso. Em algumas situações, as guerras nesse período podiam ser evitadas, contudo eram empreendidas pelo desejo egocêntrico de alguns personagens dentro desse

⁹ Não é o propósito de este trabalho estudar esses casos, mas caso haja interesse do leitor, recomendamos GOLDSWORTHY, 2000: 101. KEEPIE, 2005: 55-57.

contexto, bem como pela busca de escravos como mão de obra (GOLDSWORTHY, 2000: 82-83).

Retornando à questão provincial, cada uma dessas guerras durante esse período faz com que grande parte desses territórios sejam transformados em províncias romanas – levando em conta que alguns eram clientes ou aliados de Roma, logo não eram províncias. É necessário lembrar que as províncias tinham seus direitos, como autonomia para problemas internos, mas também suas responsabilidades para com o centro da república, enviando impostos arrecadados (SANT’ANNA, 2015: 101).

Apesar de um propósito aparentemente bastante nobre e bem definido para a administração republicana, o sistema provincial se revelou um espaço bastante amplo para práticas de corrupção, em especial por parte daqueles que eram responsáveis por administrar as províncias: os governadores. Estes eram designados pelo Senado e tinham funções bastante importantes, como o controle administrativo da província e o comando de destacamentos militares (MENDES, 1988: 44)

Com um poder tão grande e valores morais e pessoais sendo cada vez mais corrompidos, não é surpresa que a corrupção e a perfídia tenha estado presente na administração provincial. Mas tais marcas já estavam presentes ao longo da expansão romana, como já fora dito, e junto com a prosperidade militar que Roma estava vivendo, após principalmente a Terceira Guerra Púnica (LINTOTT, 2008: 40).

Aliado a isso podemos ver que o próprio Senado romano era bastante permissivo para com essas práticas. As províncias eram bastante distantes do centro republicano, muitas vezes isso trazia bastante desinteresse ou mesmo preguiça aos senadores, apesar do Senado – vale a pena a lembrança – ser o local onde as contendas administrativas deveriam ser trazidas a lume para as devidas providências (LINTOTT, 2008: 47).

Em meio a essa realidade de transgressão das legalidades, os governadores acabavam por se aproveitar de seu cargo para vilipendiar as províncias. Uma vez eleito para o cargo com mandato de um ano, o governador se utilizava dos recursos da própria localidade para se enriquecer e encontrar meios para saldar possíveis débitos contraídos ao longo de sua campanha para conseguir esse cargo e, conseqüentemente, alavancar sua carreira (SANT’ANNA, 2015: 101).

É claro que o Senado poderia acatar denúncias de corrupção ou de improbidade administrativa feita por algum provincial. Nada proibia de fazê-lo. Contudo, conseguir provas que fossem minimamente aceitáveis era uma tarefa complicada e extenuante, logo era totalmente infrutífera (ROSTOVITZ, 1983: 84). É aqui que vemos a total

falência da moralidade dos regentes da república romana, onde as facções, principalmente do grupo senatorial, começam a aparecer de forma mais aberta, revelando as práticas incorretas e desonestas da ordem senatorial em Roma (LINTOTT, 2008: 48).

CAPITULO III: MÁRIO: CONSERVADOR OU REFORMISTA?

Ao longo de toda a sua trajetória política e militar, Caio Mário se destacou por questões bastante peculiares como o fato de, mesmo sendo de uma família de origem plebéia e sem maiores glórias conseguir projeção política e localização dentro da lógica social de Roma, o que lhe rendeu, por exemplo, um bom casamento com Julia – da família de Júlio César – e entre outras realizações pessoais que lhe deram muito prestígio.

Aliado a essa boa localização pessoal e social os feitos nos campos de batalha também foram fundamentais, como já pudemos ver para o sucesso político de Mário. Sem o êxito nos campos de guerra, a figura dele não seria lembrada com o espectro positivo que se tem acerca de suas realizações. As mudanças definitivas nos instrumentos de guerra, que passavam desde a estratégia e iam até mesmo à forma de manusear os armamentos formam um conjunto de realizações muito importantes para os militares dos fins do Século II bem como para os comandantes e comandados no futuro.

Ainda nesse contexto é pertinente que estabeleçamos aqui quais dessas realizações do Cônsul são de fato inovadoras, revolucionárias ou mesmo transformadoras dentro da lógica política ou militar em Roma. De igual maneira devemos apresentar quais das ações de Mário foram continuações, ou seja, são impetradas por ele de maneira legal ou se tornam comum, mas que outrora existiam práticas, se não iguais ao menos parecidas com as que ele pos em vigor.

3.1 Continuidades após a Reforma de Mário

Quando observamos a carreira de general e cônsul de Caio Mário podemos notar um esforço significativo de sua parte, e também daqueles que trabalhavam junto dele, para tentar colocar em prática suas mudanças, tanto na forma de compor as fileiras das legiões romanas, como em mudanças estratégicas e de manuseio de material bélico, o que foi importante, não apenas para as suas vitórias nas batalhas que travou entre 107 a 101 como também será utilizado por outros generais em momentos posteriores.

Contudo é necessário pontuarmos algumas questões bastante pertinentes quanto às realizações feitas por ele, no que diz respeito a qual caráter se pode dar a Mário em suas mudanças. Sabemos que elas não afetaram apenas a geografia da república com conquistas de territórios, a política nas contendas entre *Optimates* e *Populares* no

Senado e a ocupação de terras ao distribuí-las para os desmobilizados do exército. De certa forma, suas mudanças acabam atingindo pontos, os quais podem vir a ser chamados de “pontos sociais”.

É justamente aí que se encontra o problema. Seria bastante equivocado colocar Mário como um reformador social. Suas mudanças podem, de maneira indireta, tocar em pontos que beneficiaram a classe plebéia, inclusive aqueles que entulhavam as cidades e eram desocupados em sua gigantesca maioria. Mas dizer que suas mudanças tinham como objetivo ajudar, ou mesmo solucionar o problema de pobreza e miséria social em Roma é pouco convincente.

As razões que podem nos responder a isso estão elencadas, inicialmente na origem do recrutamento dos *Capite Censi* realizado por Mário para a batalha contra Jugurta na Numídia. Sabemos que era necessária uma força suficientemente forte em número de soldados para solucionar uma guerra que se arrastava por cerca de 4 anos. Mas a intenção de Mário jamais foi uma revolução social, de modo que, segundo Emílio Gabba, tal afirmação deve ser colocada de lado, pois esse “viés social” desse recrutamento, ou da reforma como um todo é insignificante (GABBA, 1973: 1).

Antes de falarmos novamente do recrutamento feito por Mário é preciso expor como as tropas eram reunidas antes dele. De maneira resumida, o recrutamento anterior era feito segundo uma reforma realizada pelo rei etrusco Sêrvio Túlio no século VI – por isso Reforma Serviana – com o intuito de organizar o exército a partir de um critério censitário. Os cidadãos fariam parte de uma “milícia de proprietários” e eram divididos em cinco classes. O limite mínimo de terras para se fazer parte era de 2,5 *iugera* e o máximo 20; o que posteriormente será mudado para um máximo de 100.000 *asses* para a Primeira Classe e de 11.000 para a Quinta Classe (CASTILLO, 1989: 216).

Como já vimos anteriormente, o intuito era fazer um exército onde cada componente teria condições de se armar para as guerras. É interessante, contudo entendermos algumas razões que tornaram o ideal desse tipo de recrutamento algo cada vez mais difícil de conceber ao longo do tempo. Primeiramente, as guerras feitas por Roma contra Cartago e contra o mundo grego – as Guerras Macedônicas – exigiram muito dos soldados e dos recursos de Roma, sejam eles financeiros ou mesmo as vidas daqueles que iam para as guerras, visto que houve grande morticínio nos confrontos (ROSENSTEIN, 2004: 108).

Essas mortes em batalha poderiam ser causadas pelas mais variadas razões. Obviamente que o próprio combate já é algo perigoso o suficiente para a vida dos

soldados. Contudo, em algumas batalhas nos fins do século III, os generais agiam com irresponsabilidade, o que além de impor derrotas importantes para Roma, acabavam por matar cada vez mais soldados (ROSENSTEIN, 2004: 112).

Essas mortes eram um fardo muito pesado para aqueles que serviam nas fileiras do exército¹⁰. É notável que as intenções expansionistas de Roma exigiam uma dedicação cada vez maior daqueles que por ela lutavam. Porém, nem todos aqueles que serviam estavam dispostos a sair de suas terras para lutas cada vez mais distantes e mais longas em nome de Roma, pois para eles era um sofrimento desnecessário (PARKER, 2005: 51).

Aliado a essa questão incômoda para os proprietários é preciso lembrar que ao longo da expansão romana os inimigos que eram derrotados eram aproveitados como escravos. A Mão-de-obra escrava ao longo dos séculos IV, III e II se tornou presente tanto no campo como na cidade. Logo, apesar de coexistir com uma mão-de-obra assalariada, as atividades da mão-de-obra livre eram muito esporádicas e irregulares, de modo que a escravidão era mais usada e de maneira mais constante (MENDES, 1988: 59).

Tal filosofia de trabalho acabou por lançar boa parte da mão-de-obra assalariada ou livre em uma situação de empobrecimento. Juntando-se a isso, devemos levar em conta também que, o empobrecimento em especial do campesinato também tem a ver com a forma como as terras eram regidas pela ordem Senatorial, que descumpria as leis fundiárias de Roma e se enriquecia anexando terras que eram da república e não de posse pessoal, o que é alvo de tentativas de mudanças pelos irmãos Graco (MENDES, 1988: 60).

Aliada a essas afirmações de Norma Mendes, Gabba também nos apresenta que, ao longo do século III e II este “fenômeno” da queda da qualidade de vida em Roma era algo sentido em toda a república, em especial após as Guerras Púnicas (GABBA, 1973: 9). Estes acontecimentos acabaram por forçar a república a rever os seus conceitos de recrutamento, uma vez que a qualquer momento poderia faltar quem a defendesse.

Podemos notar que essas ações que empobrecem os camponeses afetam diretamente o recrutamento, uma vez que a classe dos *adsidui*, que eram os que estavam no dentro das classes da Reforma Serviana estava sendo recrutada inúmeras vezes, o que trazia incômodo para seus componentes. Havia então, após esse cenário ser

¹⁰ Essa relutância ou incomodo por parte dos *adsidui* nas fileiras do exército romano também está em - ERDKAMP 2007: 123.

construído, uma real necessidade de se reduzir à exigência mínima da Quinta Classe, o que acaba por acontecer durante a Segunda Guerra Púnica. Houve a primeira mudança que baixou de 11.000 *asses* para 4.000 *asses* como limite mínimo para ser recrutado. Essa redução, segundo Gabba foi necessária para combater os cartagineses em Cápua nos anos de 212-211 (GABBA, 1973: 5-6).

Posteriormente a essa redução feita no final do século III temos uma outra redução feita, o que mostra a dificuldade para se fazer o recrutamento na lógica de uma legião romana baseada em proprietários de terra. Essa outra redução, feita durante o tribunato de Caio Graco, colocou a Quinta Classe com um limite mínimo de 1.500 *asses* (KEEPIE, 2005: 42). Podemos ver que o limite que separava os *adsidui* dos *Capite Censi* estava cada vez menor e não levaria muito tempo para que se tornasse inexistente.

Além dessas sucessivas quedas nos limites mínimos para servir no exército em Roma houve também outra mudança importante para os legionários. Uma lei feita por Caio Graco passou a permitir que os legionários fossem equipados, não mais às próprias custas, mas à custa do estado, ou seja, com dinheiro público. Essa lei foi utilizada por Mário ao recrutar seus *proletarii* para as batalhas na África e no Norte da Itália (KEEPIE, 2005: 42).

Assim, chegamos aos fins do século II com um o ideal da milícia de cidadãos sendo cada vez menos utilizado ou levado à risca por Roma, e a realidade de um exército composto por indivíduos que não tinham bens para dele participar¹¹. Essa transformação do recrutamento feito por Caio Mário então consagra apenas aquilo que já estava em processo de acontecer em Roma, que nas palavras de Norma Mendes, “consagrou a lenta proletarização do exército romano” (MENDES, 1988: 65).

Pode-se afirmar então que o recrutamento de Mário pouco ou nada tem de caráter social, mas sim puramente militar. Obviamente pessoas cada vez menos despossuídas de terras passam a integrar as fileiras das legiões e receberão por seus serviços. Contudo, com os argumentos apresentados, não é possível desvincular essa “proletarização” do exército da necessidade de Roma por mais soldados e para defesa e proteção de seus territórios. Isso significa que a entrada dos *Capite Censi* é puramente um processo que acontecera ao longo dos séculos III e II, sendo Mário, apenas um personagem que institucionaliza uma prática que inevitavelmente seria instaurada¹².

¹¹ A partir de 107 a Milícia de Proprietários de Terra se torna algo cada vez mais na aparência e progressivamente desaparece com Mário (GABBA, 1973: 12).

¹² Há abrigo para essa formulação em BRIZZI, 2002: 92.

Outra questão importante dentro do recrutamento é a suposição de que Mário tenha sido pioneiro a chamar os *Proletarii* às armas. Contudo, fazendo um mergulho um pouco mais fundo na história podemos novamente voltar até às Guerras Púnicas, em especial durante os séculos III e II. É preciso lembrar que durante a Segunda Guerra Púnica, Roma teve inúmeras dificuldades para vencer as tropas Cartaginesas de Aníbal. Por uma questão de emergência, aqueles que não poderiam servir ao exército romano foram chamados às armas para dar o fortalecimento necessário para que o expansionismo romano não parasse (GABBA, 1973: 11).

Ainda dentro dessa questão da utilização dos *Proletarii* no exército devemos levar em conta que esse recrutamento também será utilizado em um momento posterior às Guerras Púnicas. Cipião Emiliano, em sua campanha em Numância na Hispânia também se vale do recrutamento semelhante ao de Caio Mário em 134 para combater as forças numantinas comandadas por Viriato. No total, Emiliano reúne 4.000 soldados para lutar sob seu comando e vencer os inimigos na Península Ibérica um ano depois (GABBA, 1973: 15).

Ao observarmos esses dois exemplos podemos então ver claramente que Mário não foi o primeiro a se utilizar desse método para poder fortalecer as forças romanas e combater seus inimigos, não podendo ser então inovadora essa atitude. É necessário, portanto, reconhecer que Mário faz isso pela primeira vez de maneira aberta e franca (GOLDSWORTHY, 2003: 139), e a atitude dele ao estabelecer este recrutamento dessa forma dá à república romana meios para se defender ao longo dos fins da república e quaisquer outras necessidades bélicas posteriores (BRIZZI, 2002: 93).

Uma outra realização creditada a Caio Mário é a implantação de uma formação legionária fechada pelas Coortes. Foi um dos focos do Capítulo 2 deste trabalho a apresentação dessa configuração de batalha que foi fundamental para as vitórias conseguidas pelo cônsul. É também necessário recordarmos que a utilização dessa forma de combate não foi introduzida pela primeira vez nos fins do século II, mas anteriormente, em especial na Segunda Guerra Púnica (GOLDSWORTHY, 2003: 47). O que podemos concluir é que as reformas aqui feitas puderam melhorar e aprimorar a formação das coortes, que eram mais bem organizadas e desenvolvidas do que as formações militares utilizadas antes das Reformas de Mário.

Assim sendo a conclusão mais aceitável, e conseqüentemente mais pertinente analisando as informações levantadas é de que, por mais que as mudanças colocadas por Mário tenham sido importantes dentro do recrutamento do exército, nas mudanças da

formação das legiões e nas reduções censitárias feitas para admissão de soldados para as batalhas, elas não constituíram inovações ou revoluções de Caio Mário. É mais correto, portanto, afirmar que ele foi um instrumento de sedimentação e aperfeiçoamento de tais práticas no seio do exército romano e que suas necessidades eram puramente militares.

3.2 Mudanças após a Reforma de Mário

A atuação de Mário na gestão da república romana tanto do ponto de vista administrativo (como cônsul) e no ponto de vista militar (realizações nos campos de batalha e composição das legiões) reverberaram durante muitos anos, mesmo após a sua morte em 86, aparentemente de causas naturais. Observamos que as mudanças feitas no recrutamento e na organização do exército foram aperfeiçoadas por ele, ou seja, a gênese de cada realização não partiu de uma formulação própria, mas uma evolução daquilo que estava em curso.

Apesar desses fatos, as Reformas feitas por Mário atingiram outros pontos pertinentes dentro da sociedade romana, no que diz respeito ao comportamento dos soldados frente àqueles que os recrutaram. Já sabemos que ele foi o primeiro a recrutar de maneira aberta e franca seus legionários vindos do *Proletarii* e também foi aquele que pela primeira vez institucionalizou o oferecimento de recompensas para os seus veteranos.

Contudo nem mesmo o próprio Mário poderia imaginar que, ao realizar tais ações na ocasião em que era cônsul acabaria por tomar dimensões consideravelmente perigosas e nocivas para república. Obviamente, não podemos creditar as consequências ruins – as quais iremos expor – unicamente como responsabilidade de Mário, uma vez que, segundo Michael Grant, jamais fora intenção dele se tornar um autocrata ou tomar para si a república (GRANT, 1987: 167-168).

É a partir das mudanças feitas pelo General que temos uma configuração de alto risco para as práticas democráticas de Roma. Lembremos que após as vitórias das legiões romanas entre os anos de 107 a 101 – sob comando de Caio Mário – havia um esforço significativo dele para que seus recrutados, após a desmobilização recebessem propriedades de terras como recompensas por seus serviços prestados à república romana. Por essa razão, como já foi mencionado, há uma aliança entre Mário e Saturnino nos anos de 103 e 100 para que tais ações sejam realizadas no senado e os devidos prêmios sejam dados a quem é de direito.

Aqui é preciso pontuar mais uma questão sobre a forma anterior de recrutamento. Não havia uma busca intensa para lutar nas guerras de Roma para acúmulo de alguma riqueza, ou para obter quaisquer recompensas vindas do estado. Segundo Norbert Rouland, o papel do soldado antes das reduções censitárias era completamente diferente, pois quem se juntava ao exército romano:

Integram-no somente aqueles que possuem um mínimo de fortuna. O soldo do soldado não representa para ele um salário, mas tão somente uma pequena indenização para sua subsistência no tempo do serviço. O serviço das Armas não é considerado um meio para acumular capital, o que o soldado já possui, mas sim um dever cívico ao qual se junta o interesse na defesa dos seus bens [...] O exército romano, embora não constituído apenas de magnatas, não comporta proletários (ROULAND, 1997; 227).

Eis aqui um dos pontos máximos que a profissionalização do exército, consagradas nas mudanças feitas pelas reformas de Mário causou. Aqueles que se juntavam às fileiras eram despossuídos de propriedades dentro dos critérios da Reforma Serviana, que já estava em franca revisão e até mesmo abandono total. Podemos ver que a estratégia pensada pelo general para atrair seus voluntários – através de espólios de guerra e, sobretudo propriedades de terra – foram essenciais para que tais integrantes do exército fossem alistados (GABBA, 1973: 17).

É preciso lembrar que, quando estes voluntários foram agrupados em 107 para as batalhas na Numídia contra Jugurta, o Senado romano via com extrema repugnância e desprezo cada um desses que se apresentaram para servir. Assim sendo, o Senado não tinha intenções de repartir ou mesmo premiar estes que foram lutar na África e posteriormente na Gália Cisalpina, o que tornava apenas o General que os chamou às armas responsável também por protelar tais pagamentos.

Levando em conta que generais como Mário – e em seguida outros como Sula, Pompeu e Julio César – eram altamente carismáticos para com seus liderados, esses voluntários nas fileiras do exército profissional acabavam por gerar um *esprit de corps* onde suas vitórias visavam muito mais um esforço em prol daquele que o recrutou – Caio Mário, por exemplo – do que pela república romana ou mesmo pelo Senado (GABBA, 1973: 25-26).¹³

Aqui verificamos outra combinação consideravelmente perigosa para o exército romano. Se os soldados recrutados agora estão com sua fidelidade mais inclinada para os generais no que para Roma, e agora, segundo Goldsworthy, dependiam dos fundos

¹³ Há abrigo para essa formulação também em GRANT, 1976: 166.

conseguidos pelas armas para obter seus recursos financeiros para sobreviver (GOLDSWORTHY, 2003: 49), eles estão cada vez mais coligados com seus líderes. Concluimos então que surge aqui um tipo de clientelismo tendo em vista que:

[...] foram chamados às armas somente homens que faziam do serviço militar uma profissão e cujo temor de perder os meios de subsistência levou-os não só a auxiliar qualquer causa apenas para permanecer em serviço, mas também a se ligar àqueles chefes dos quais dependia o seu bem estar por um vínculo estreitíssimo, uma espécie de clientelismo, e até mesmo a solicitar a formação de um verdadeiro sistema de pensão que assegurasse àqueles que chegassem ao fim da empresa uma velhice tranqüila (BRIZZI, 2002; 93).

Esse mesmo clientelismo, corruptor da moral das tropas era uma das formas de que os generais se utilizavam para potencializar seu poder político e militar. Podemos confortavelmente exemplificar algumas ações de Mário ao ter se utilizado deste clientelismo quando retornara a Roma para sua primeira candidatura ao Consulado em 108 (SALÚSTIO, *Guerra Jugurtina*: 109, 113) e em outra situação, onde havia suspeitas de compras de votos para poder se eleger cônsul em 100, sendo esses fundos para tal ação provavelmente oriundos de espólios de guerra vindos dos Cimbros (LINTOTT, 2008: 97).

Assim sendo, algo potencialmente grave para as práticas políticas está surgindo aqui com essa forma de recrutamento. Existem pelo menos duas ações extremamente preocupantes que surgem com esse vínculo estreito entre generais e soldados. Em primeiro lugar, como já vimos, o Senado não premiaria os voluntários de Mário, sendo ele responsável por coligações políticas para fazê-lo. Sendo assim, os soldados acabaram por se associar aos generais que além de cumprir com suas promessas eram de um carisma e progdialidade muito grande, o que encantava seus soldados, além de demonstrarem formas de respeito e dignidade as quais não recebiam do Senado (ROULAND, 1997: 228).

Lançando os olhos mais à frente da História – a título de exemplo – encontramos ações de generosidade dos generais para com seus soldados e também usaram de prêmios em terras ou em distribuição de espólios para seus veteranos¹⁴. Aliás, os generais que se seguem a Mário são consideravelmente mais generosos que ele, uma vez que Pompeu pagava a um de seus legionários o equivalente a 13 anos de salários pagos por Caio Mário. César também não seria menos benevolente e em 46 pagaria

¹⁴ GABBA, 1973: 17 fala sobre autoridades como Sula, Pompeu, César, integrantes dos Triunviratos e Otávio Augusto.

incríveis 6000 denários para seus veteranos (ROULAND, 1997: 226) além, claro, de assentamentos de terras para os mesmos.

E, em segundo lugar, tais soldados, agora comprometidos com seu líder militar e não mais com a Roma estão no centro de uma questão muito importante nas últimas décadas da república: o fortalecimento do poder pessoal. Percebemos que as práticas de política em Roma acabam por cair em total desuso no século I e a violência como meio de afirmação dentro da vida política de Roma, foi utilizada por várias vezes, até a desintegração do sistema republicano (MENDES, 1988: 63).

Podemos citar ao menos dois exemplos bastante claros dessa ação do poder pessoal em Roma. A primeira, já citada no Capítulo 2, diz respeito à situação pela qual Roma passava no ano 100, quando Mário acabou por recrutar antigos soldados, em aliança com o Senado, para combater problemas causados por Saturnino que outrora foi seu aliado. Essa atitude mostra como o poder pessoal de um general podia ser grande, pois os soldados não lutavam por Roma, mas – como no caso apresentado – lutavam por Caio Mário.

Um segundo exemplo, um pouco mais a diante na história, nos anos de 91 a 87 Roma passou por uma guerra civil. Damos destaque para Sula, que era Cônsul em 88. Nesta ocasião, Sula tinha contendas com adversários, como o próprio Mário e contra Sulpício Rufo, que ameaçam tomar-lhe o poder. Quando os dois se associaram enquanto Sula resolvia problemas de guerra com um rei helenístico na Ásia Menor¹⁵, seus adversários tomavam de maneira ardilosa seus poderes em Roma.

Sula então respondeu de maneira contundente ao reunir as tropas e, ao invés de lutar pelo interesse da república, o faz para seus próprios interesses de resguardar seu poder se utilizando dos homens tal qual um exército particular em uma Marcha sobre Roma, onde Rufo acaba por ser morto após sua captura e Mário consegue sobreviver após fugir da cidade (SANT'ANNA, 2015: 105). Com esses exemplos podemos ver que com essa nova forma de recrutamento, os generais e soldados possuíam um vínculo íntimo e sólido que os unia.

Por fim, aqui cabe uma rápida reflexão: num primeiro momento poderia afirmar que os soldados nada mais são que traidores, pois suas alianças com os generais eram um real perigo para o Senado. Contudo é uma observação errônea. Os soldados aqui recrutados jamais mantiveram vínculos com o Senado. Os senadores pouco ou nada

¹⁵ Aqui nos referimos a Mitrídates Eupator, rei do Ponto (KEEPIE, 2005: 49).

deram aos legionários. Ao contrário, por vezes os senadores eram insensíveis para com aqueles que defenderam Roma de seus inimigos.

O exército não comete traição com a república, pois havia assumido compromisso com seus líderes, e eles por sua vez utilizavam dessa fidelidade de seus subordinados para seus interesses próprios:

O exército, portanto, não traiu; somente se trai aquele com o qual se assumiu um compromisso. E esse não é o caso dos novos soldados: Eles entram nas fileiras do exército por necessidade material e não pela república. Quem trai são os chefes: em momento algum ao longo do último século da república, mesmo no auge das guerras civis, um movimento insurrecional partiu da tropa ou dos seus quadros (ROULAND, 1997: 229).

Dessa forma podemos então concluir que os soldados, devido à sua relação clientelista com seus generais eram utilizados para os interesses de poder pessoal daqueles que os comandavam. Os generais por sua vez davam aquilo que suas tropas exigiam: recompensas e espólios de guerra. Essa combinação, no final do século I acaba por sepultar a república. A situação aqui gerada pelos líderes militares só acabará com o Império iniciado com Augusto. A república não desmoronou devido a um golpe vindo de fora, mas sim por suas próprias forças facciosas e corruptas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São notáveis os esforços de Caio Mário para conseguir implantar suas medidas à frente do Consulado e também nos campos de batalha. A nova dinâmica de recrutamento adotada por ele acabou sendo devidamente institucionalizada e seus contemporâneos e sucessores se utilizaram disso, uma vez que a partir dele, o exército torna-se profissional e seus componentes fazem dele sua fonte de sustento.

Ainda podemos observar que as atitudes de premiação e pagamentos pelos esforços de guerra foram decisivas para que as legiões pudessem ser preenchidas de modo a colaborar nas vitórias alcançadas. Contudo, essa ação era patrocinada pelos líderes de guerra e não pelos Senadores. Dessa maneira, ficou inevitável a aliança com base clientelista entre generais e legionários.

Tal coligação entre esses dois personagens é fundamental para entendermos como ocorreu o fortalecimento de poderes, em especial dos Generais, bem como esse poder foi utilizado para finalidades facciosas. As tropas, como vimos, não mais respondiam por uma ideia tradicional de defesa da república, mas sim àqueles que lhes davam o soldo e o respeito que não recebiam de outras fontes.

Essas atitudes dos generais romanos são as razões de grande parte das perturbações que incomodaram a república romana, estendendo-se pelo séc. I, quando após conflitos entre esses mesmos comandantes a república sofrerá grande modificação até ceder definitivamente dando início a uma nova modalidade de governo: o Império Romano.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

SALÚSTIO. *Guerra Catilinária e Guerra Jugurtina*. Tradução de Barreto Feio. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 1991.

PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Vol. IV. Tradução de D. Antonio Ranz Romanillos. Madrid: La Papelera Española, 1920.

Bibliografia:

ADCOCK, Frank: *The Roman Art of War Under the Republic*. Cambridge: Heffer & Sons Ltd, 1960.

BOATWRIGHT, Mary; GARGOLA, Daniel J. *A Brief history of the Romans*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2006.

BRIZZI, Giovanni. *O guerreiro, o soldado e o legionário: os exércitos no mundo clássico*. São Paulo: Editora Madras, 2003.

BURNS, Thomas: *Rome and the barbarians 100 BC – AD 400*. Baltimore: Johns Hopkins University, 2003.

CASTILLO, Arcadio Del: *La Reforma Serviana, punto de arranque de los cambios posteriores*. Disponível Em: <http://revistas.ucm.es/index.php/GERI/article/view/GERI8989220213A>
Acesso em 30 out. 2015.

ERDKAMP, Paul: *A Companion to the Roman Army*. USA: Blackwell Publishing Ltd. 2007

GABBA, Emilio: *Republican Rome, the army and allies*. Berkley and Los Angeles: University of Califórnia Press, 1976.

GOLDSWORTHY, Adrian: *Roman Warfare*. London: Cassell, 2000.

GOLDSWORTHY, Adrian: *In Name of Rome*. Great Britain: Weindenfeld & Nicolson, 2003.

GOLSWORTHY, Adrian: *The Complete Roman Army*. London: Thames & Hudson Ltd. 2003.

GRANT, Michael. *História de Roma*. São Paulo. Civilização Brasileira, 1987

KEEPIE, Lawrence: *The Making of Roman Army. From Republic to Empire*. Taylor & Francis e-Library. 2005

LINTOTT, Andrew. Political History 146-93 B.C. In: CROOK, John; RAWSON, Elizabeth (orgs.). *The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 45-108.

MENDES, Norma Musco: *Roma Republicana*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PARKER, Geoffrey (Org.). *Cambridge Illustrated History of Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROSENSTEIN, Nathan: *Rome at War. Farms, Families and Death in the middle republic*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004.

ROSTOVTZEFF, Michael: *História de Roma*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1983.

ROULAND, Norbert: *Roma, Democracia Impossível?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SANT'ANNA, Henrique Modanez: *História da República Romana*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2015.

SECUNDA, Nick: *Men-at-arms Series*. Republican Roman Army 200 – 104 BC. London: Reed Consumer Books, 1996.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Fábio dos Santos Reis, declaro para todos os efeitos, que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Caio Mário: Um Revolucionário Popular? O problema do recrutamento dos *Capite Censi* na república romana nos finais do século II a.C.” foi integralmente redigido por mim e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou Universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

